

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES.**

**REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023**

A empresa, COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, CNPJ:10.740.070/0001-30, com sede No Córrego do Puaia, Zona Rural, Irupi/ES, através de seu representante legal infra-assinado, devidamente constituída, Gedeão Nascimento Mendes, RG: 15839903 SSPMG, CPF: 120.167.357-75, brasileiro, Empresário e endereço na R. Francisco Augusto de Castro,461, Quilombo, Iúna/ES, devidamente qualificado no presente processo conforme verifica-se do Termo de Credenciamento constantes nos autos do processo em tela, tempestivamente, vem, em atenção a decisão da Ilustríssimo Senhor Pregoeiro na sessão do certame realizada aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2023, vem, à presença de Vossa Senhoria, com todo respeito e acatamento devido, a fim de interpor, devidamente qualificado no presente processo, para, tempestivamente, interpor estas

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão deste digno pregoeiro proferida na ATA do Certame licitatório que INABILITOU a empresa recorrente, **por suposta desvinculação do instrumento convocatório, quando ao item 9.29, do termo de referência**, vindo perante vossa senhoria para apresenta recurso, sempre pelo zelo pelos princípios constitucionais, o Princípio da Legalidade, Princípio da isonomia, Princípio do julgamento objetivo, Princípio da Razoabilidade, Princípio da

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Proporcionalidade e Princípio da Economicidade e Eficiência conforme demonstraremos os motivos do inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

Logo, na hipótese de não reforma da decisão recorrida, requer que seja o presente recurso recebido e encaminhado ao PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI/ES, na forma do art. 71, da Lei Federal nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

lúna, 28 de agosto de 2023.



COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Gilvan Soares de Lima  
Administrador

# **COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA**

**CNPJ:10.740.070/0001-30**

**DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA  
EMPRESA COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA.**

**REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023**

**ILUSTRE PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPIES.**

## **I – PRELIMINARES**

O Ilustre Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Irupi. O respeitável julgamento das razões recursais ora interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa ora RECORRENTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, observando-se os princípios norteadores das Licitações Públicas, a saber o princípio da isonomia, da formalidade, da legalidade e em especial o princípio do julgamento objetivo da licitação, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

As razões recursais ora apresentadas merecem ser apreciadas, tendo em vista que trás a baila o entendimento majoritário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como o entendimento da Colenda Corte de Contas da União sobre o temo ora discutido.

## **INTRÓITO**

Cumpra estabelecer, inicialmente, que a licitação é um procedimento administrativo prévio a todos os contratos da Administração, devendo tal



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

procedimento ser a regra e não a exceção. Encontrando, fundamento legal no art. 37, inciso XXI da Carta Magna. Ressalta-se, que o objetivo da licitação é a **busca da proposta mais vantajosa dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com o Poder público**, bem como garantir a **isonomia das contratações públicas**.

A modalidade ora escolhida para a realização deste certame foi a **PREGÃO Presencial**, com o escopo de ampliar a competitividade e consequentemente aumentar as oportunidades de participação e ter como resultado a redução de despesas contratando com quem ofertar a proposta mais vantajosa que atenda aos anseios desejados.

No mesmo sentido, o Ministro Relator Eros Grau menciona na ADI 3070/RN:

*"(...) 3. A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da Isonomia. Está voltada a um **duplo objetivo**: o de proporcionar à*

*Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem em igualdades condições, a contratação pretendida pela Administração. (...). A função de licitar é a de **viabilizar, através da mais ampla disputa**, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. (...).*

Por essas razões faz-se necessário que as indagações e alegações **aqui expostas sejam analisadas e processadas**. Caso, as mesmas não sejam acolhidas, **que sejam motivadamente respondidas, com observância no Direito Constitucional de Petição, disposto na Carta Magna**.

Assim, vale mencionar os ensinamentos do doutrinador José Afonso da Silva. Vejamos:

**"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação"**.

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

## **1. DAS RAZÕES DO RECURSO.**

Apreciando o Item exposto abaixo, cabe-nos dissertar sobre as irregularidades gritantes e sem sentido no mesmo.

Ocorre que, conforme ata lavadra no dia 23/08/2023, a senhor pregoeiro, fundamentando na análise da equipe técnica ambiental, decidiu declarar a empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, CNPJ:10.740.070/0001-30, por suposto descumprimento aos requisitos previstos no anexo 1 do edital, item 9.29.

### **Da inabilitação da empresa da recorrente**

A inabilitação da recorrente aconteceu pela não apresentação de uma **Certidão de Registro** junto ao Órgão Licenciador (9.29 – TR), portanto é importante destacar que o item que inabilitou é reduntante, pois o item anterior (9.28), tem por exigência o mesmo teor.

Primeiramente uma análise se faz necessária dos itens 9.28 e 9.29 do edital.

9.28. **Registro** de Extração válido fornecido pela  
Agência Nacional de Mineração – ANM;(grifo nosso)

9.29. Certidão de **Registro** junto ao Órgão Licenciador; (grifo  
nosso)

Diante do exposto fica claro que o dois itens trazem a mesma exigência, demonstrando que o item que inabilitou a recorrente é redundante, uma vez que na apresentação do documento para atendimento do 9.28., ficou demonstrado o numero de registro da recorrente junto a ANM, autorização para extração e local da extração, a recorrente demostrou atender o item 9.29, pois ficou demonstrado de forma clara o registro da recorrente junto a ANM.



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

**DNPM**  
Departamento Nacional de Produção Mineral

**AUTORIZAÇÃO DE REGISTRO DE LICENÇA nº 35/2013**

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM-ES, no uso da competência de que trata o item VII, Art. 5º da Portaria nº 216, de 20 de maio de 2010, e de acordo com a Portaria nº 266, de 10 de julho de 2008, com as alterações de acordo com a Portaria nº 564, de 19/12/2008, ambas do Diretor-Geral do DNPM, e, ainda, considerando a Lei nº 6567, de 24 de setembro de 1978, resolve:

- Autorizar o(s) registro(s) do(s) licença(s) Nº 001/2012, de 19/06/2012, expedida pela Prefeitura Municipal de IRUPI - ESPÍRITO SANTO, em nome de COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA ME, inscrita no cadastro de contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 10.740.070/0001-30, com o endereço no Corrego Puaia, s/nº - Zona Rural, Irupi/ES, para extrair SAIBRO, numa área de 44,34 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas SAD 69 descritos a seguir (Lat/Long): -20°22'25"936"-41°37'31"833, -20°22'25"936"-41°37'31"069, -20°22'06"235/-41°37'37"069, -20°22'06"235/-41°37'31"833, -20°22'16"080/-41°37'31"833, -20°22'16"090/-41°37'31"833, -20°22'25"936/-41°37'31"833, no(s) Município(s) de IRUPI/ES.

II - Este Registro entra em vigor na data de sua publicação com prazo de vencimento em 19/06/2032 - (DNPM nº 896.354/2012) - (cód. 7.30)

III - Nos termos do Art. 17 da Portaria DNPM 266/2008, a extração efetiva da substância mineral licenciada ficará condicionada à emissão e à vigência da Licença Ambiental de Operação (LO). Publique-se.

Vitória, 24 de junho de 2013

(Processo DNPM 896.354/2012)

Renato Mota de Oliveira  
Superintendente do DNPM-ES

15.09.2012  
21/2/2013

**ES** CARTÃO DE REGISTRO COM AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O REGISTRO DE LICENÇA. O REGISTRO DE LICENÇA É VÁLIDO POR 20 (Vinte) ANOS, a contar da data de emissão. O REGISTRO DE LICENÇA É VÁLIDO POR 20 (Vinte) ANOS, a contar da data de emissão. O REGISTRO DE LICENÇA É VÁLIDO POR 20 (Vinte) ANOS, a contar da data de emissão.

**AUTENTICAÇÃO** Confira qual é o registro de licença de produção mineral de que trata o item VII, Art. 5º da Portaria nº 216, de 20 de maio de 2010, e de acordo com a Portaria nº 266, de 10 de julho de 2008, com as alterações de acordo com a Portaria nº 564, de 19/12/2008, ambas do Diretor-Geral do DNPM, e, ainda, considerando a Lei nº 6567, de 24 de setembro de 1978, resolve:

Samuel Gonçalves da Silva - Escrevente (Portaria 001/2012)  
Belo Digital: 022808 V002304.00074  
Emolumentos: R\$ 3.73 Encargos: R\$ 1.00 Total: R\$ 4.73  
Consulte a autenticação em www.uea.br

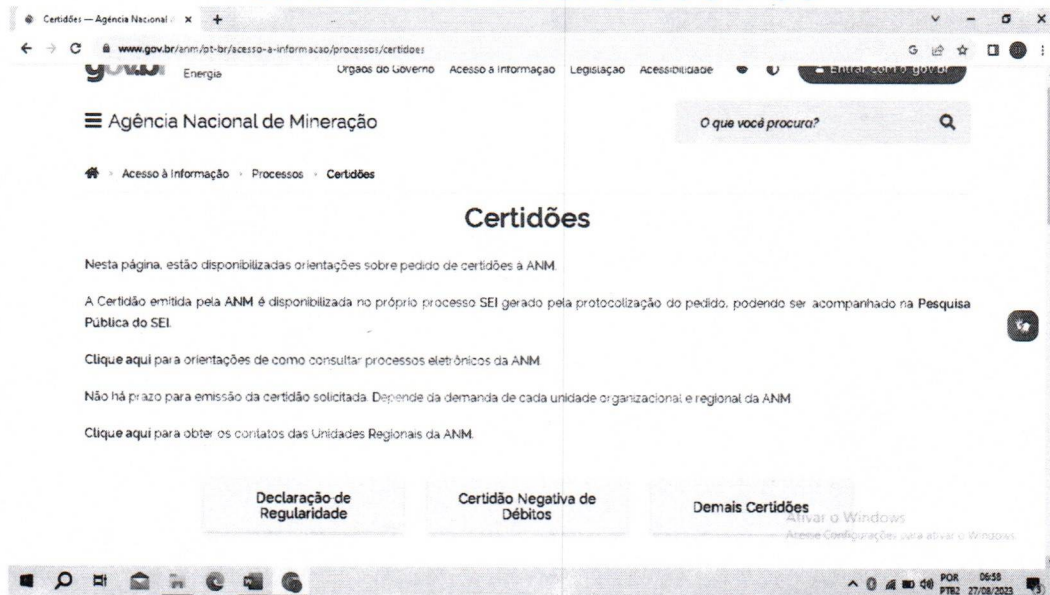
Ressaltamos que o senhor pregoeiro e a senhora engenheira sr<sup>a</sup> Roberta Cunha Vieira, realizaram diligência junto o site da ANM, na realização da diligência ficou demonstrado que o registro da recorrente está ativo, com validade em 2032, comprovando que nossa empresa atende os itens 9.29 e 9.28, não tendo impedimento para sua habilitação técnica.

Mesmo diante da comprovação do registro ativo da nossa empresa junto a ANM, fomos inabilitado, por não apresentação de tal certidão de registro, questionamos o setor técnico qual seria o teor de tal certidão, sendo informado que o mesmo não tinha ciência de como seria tal certidão.

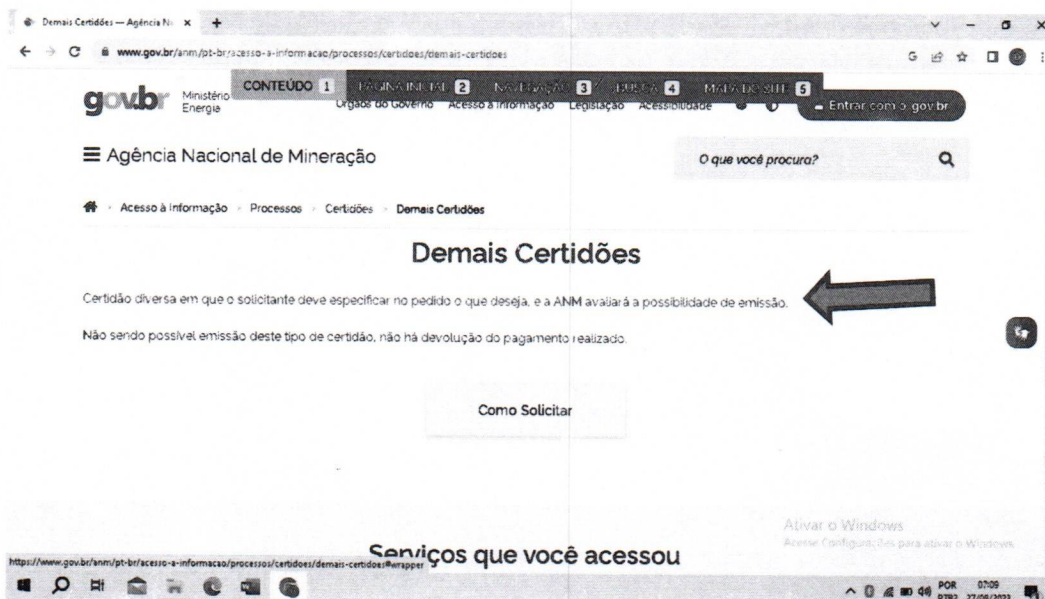
Diante da informação recebida, fomos buscar junto ao site da ANM a certidão requerida, na página disponibilizada pela a agência para solicitação de certidões **inexiste** a certidão requerida no edital, sendo impossível a entrega da mesma.

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30



As certidões disponíveis para solicitação são somente 3 categorias, conforme demonstrado acima, poderia a certidão de registro está no rol da categoria de demais certidões, acessando o link, nota – se, que neste a requerente deve especificar qual o tipo de certidão deseja, para que a ANM avalie se há possibilidade de emissão da solicitação.





# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Ainda navegando pelo portal da ANM, foi possível acessar a \*lista de serviços e etapas disponibilizadas no protocolo digital, (<https://app.anm.gov.br/servicospdanm/listaservicos>), como forma de comprovação da inexistência da certidão de registro, a mesma não está elencada na lista da ANM.

Portando fica evidente que nossa empresa foi inabilitada erroneamente, devido cláusula restritiva, pois a certidão solicitada no item 9.29, é um documento inexistente.

É conclusivo que a Administração Pública não pode atuar de forma desvirtuada ocasionando indevida restrição à competitividade, fato este configurado pela mencionada exigência do Edital, que impõe como requisito documento inexistente, maculando seriamente a competitividade do certame.

Isso porque a licitação não é um fim em si mesmo, pois embora o procedimento licitatório possua natureza formal, este deve superar e transcender a burocracia exacerbada e inútil, pois o objetivo do procedimento é garantir a eficácia da máquina administrativa, orientando-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Joel de Menezes Niebuhr: ensina que **a jurisprudência e a doutrina vêm assinalando que licitantes não devem ser inabilitados ou desclassificados de licitação pública em virtude do desatendimento de exigência meramente formal, que não se revista de utilidade prática ou que possa ser suprida por elementos ou dados que possam ser aferidos noutros documentos ou noutras informações que constem dos próprios autos do processo de licitação pública.**

## **DO EXCESSO DE FORMALISMO – DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE REGISTRO JUNTO AO ORGÃO LICENCIADOR.**

A empresa recorrente foi inabilitada pela não apresentação da certidão de registro do órgão licenciador, cabe ressaltar que o item anterior solicitou registro



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

junto a ANM, ou seja, exigência idêntica ao item 9.29, ao não aceitar o documento apresentado pela recorrente, mesmo com toda informação que suprir o exigido no item 9.29

Desse modo, tem-se que a inabilitação de empresa pela ausência da certidão de registro, tendo sido apresentado o documento requerido é desarrazoada, por se mostrar uma exigência desnecessária e que implica unicamente em ônus aos licitantes, foi comprovado o registro da recorrente, tanto pela a empresa e por diligência.

Desse modo, no momento da prática do ato de inabilitação, o agente público responsável, deve sopesar a prática do ato e suas consequências, ou seja, ser razoável na sua conduta, primando pelo interesse público. Muitas inabilitações pela interpretação da literalidade, configuram excessivo formalismo e rigor e acabam por fazer com que a Administração fracasse o procedimento licitatório.

Destarte a isso, o entendimento da Suprema corte de contas, dispõe que, antes de desclassificar a proposta mais vantajosa em uma licitação, o pregoeiro ou agente de contratação deve verificar se está fazendo uma interpretação restritiva do edital,

vejamos:

Licitação. Julgamento. Competitividade. Desclassificação. Materialidade. Princípio da seleção da proposta mais vantajosa. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Proposta de preço. **É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital**, de proposta mais vantajosa para a Administração que contém um único item, correspondente a pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido, por ofensa ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Acórdão 4063/2020 Plenário (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro) (grifo nosso)

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública **deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza**, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (grifo nosso)

Neste sentido destacamos que exigências para os fins de classificação/habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário,

Ainda neste condão trago a essa peça recursal o ressenente ACÓRDÃO TC-1097/2021 Plenário, **TCES**.

(...)

**Com base no princípio do Formalismo Moderado uma questão formal não pode inviabilizar a essência jurídica do ato, é dever da Administração considera-lo como válido**, a presença de erros e vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração aos instrumentos convocatórios, e até mesmo a textos normativos, não ofendem a essência do interesse que a forma visa exteriorizar. Recentemente, esta Corte de Contas utilizou o princípio do formalismo moderado para conceder liminar e suspender certame. Na ocasião, o debate envolvia a desclassificação de participante, com proposta mais vantajosa, pela ausência do cronograma físico financeiro na apresentação da proposta, vejamos o conteúdo da DECISÃO-TC-1652/2021 (...) (grifo nosso)

Nesta senda O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

“TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO) 1.1.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA 1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA). 1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: ]

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), **configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016.** (grifo nosso).

Aliás, nesse assunto o Supremo Tribunal Federal também se pronunciou, em decisão proferida no Mandado de Segurança nº 5.418/DF, no sentido de que: **“O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos**

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

**irrelevantes”**

Esse entendimento se coaduna com o disposto na “nova lei de licitações”, já que esta afirma:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

[...]

**III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo; (griffo nosso)**

**Isso significa que deve ser privilegiada a proposta mais vantajosa e não a formalidade.** Nesses momentos o pregoeiro ou agente de contratação deve verificar se a desclassificação se dá por uma falta que possa repercutir na qualidade e/ou na boa prestação do serviço ou fornecimento de bens.

Verifica-se, portanto, que é de bom alvitre não descartar a melhor proposta do certame, feita pela empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, CNPJ:10.740.070/0001-30, visto que ferirá diversos princípios licitatórios, como o da seleção da proposta mais vantajosa, do interesse público, além de não utilizar algo basilar nas decisões atuais, que é o formalismo moderado, pois o que levou sua inabilitação foi uma exigência impossível de ser atendida, pois tal certidão inexistia.

Mas vale ressaltar que a recorrente não cometeu nenhum erro em sua documentação, porém a exigência editalícia se demonstrou restritiva, frustrando o certame, conforme decisão do senhor pregoeiro em ata

Ademais, consoante o **princípio da autotutela administrativa**, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a **Súmula nº 473**, estabelecendo que:

“Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. ”

## DO PROTOCOLO APRESENTADO PELA A EMPRESA ADELSON GABURRO BARTOLON.

A empresa supracitada apresentou como forma de atendimento ao item 9.29, protocolo digital junto a ANM, a alegação da recorrida em apresentar o protocolo e não a certidão de registro, foi devido a greve dos servidores da ANM, porém gostaríamos de trazer dois destaques em relação ao documento apresentado;

- 1) O protocolo apresentado pela recorrida não atende “provisoriamente” como alega a empresa, pois em seu site a ANM deixa claro que não há prazo para emissão de certidão solicitada, dependendo da demanda de cada unidade ou seja mesmo com o fim do movimento grevista, o aviso no site é bem claro que não há prazo para emissão de qualquer certidão solicitada, sendo assim mesmo com o fim do movimento grevista da Agência, protocolo apresentado não traz a garantia de que tal declaração estaria emitida em tempo hábil para o certame.

← → C [www.gov.br/anm/pt-br/acao-a-informacao/processos/certidoes](http://www.gov.br/anm/pt-br/acao-a-informacao/processos/certidoes) G

**gov.br** Ministério de Minas e Energia Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar com o gov.br

**Agência Nacional de Mineração** O que você procura?

Acesso à Informação > Processos > Certidões

### Certidões

Nesta página, estão disponibilizadas orientações sobre pedido de certidões a ANM.

A Certidão emitida pela ANM é disponibilizada no próprio processo SEI gerado pela protocolização do pedido, podendo ser acompanhado na Pesquisa Pública do SEI.

Clique aqui para orientações de como consultar processos eletrônicos da ANM.

➡ Não há prazo para emissão da certidão solicitada. Depende da demanda de cada unidade organizacional e regional da ANM.

Clique aqui para obter os contatos das Unidades Regionais da ANM.

Declaração de Regularidade Certidão Negativa de Débitos Demais Certidões

Ativar o Windows

PCB 21:44 27/08/2023

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

- 2) E uma análise ao protocolo apresentado pela recorrida, nota -se que a solicitação traz com tipo protocolo **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**, em nenhuma parte do documento apresentado menciona certidão de registro como solicitação, pois bem, o que foi solicitado a ANM pela recorrida em nada tem haver com o edital, em nenhum momento foi exigido declaração de regularidade, sendo assim, mesmo que não houve o movimento grevista e a agência emitisse a declaração em tempo hábil para o certame a recorrida não atenderia o item 9.29, pois a exigência é para apresentação de Certidão de Registro e não de Declaração de Regularidade.

## **DO NÃO ATENDIMENTO DO ITEM 9.30 – PELA A EMPRESA ADELSON GABURRO BARTOLON.**

No item 9.30, do edital, traz como exigência que caso a licitante não possua saibreira própria, deverá ser apresentado documentos de comprovação que a licitante tem autorização de extração e comercialização do mineral

A licença da ANM, traz como proprietário da jazida o senhor Lino Garcia (de cujus), na licença específica emitida pela Prefeitura de Irupi, mais uma vez traz como proprietário da jazida o senhor Lino Garcia, ou seja a jazida não pertence a pessoa física do senhor Adelson, portanto que foi apresentado um contrato entre o senhor Lino Garcia e a pessoa física do senhor Adelson, contrato esse que tem autorização somente para a extração do mineral, o contrato não traz em seu corpo qualquer menção de autorização de comercialização, sendo assim, o senhor Adelson não tem autorização de comercializar o mineral, frisando que o contrato apresentado entre o proprietário da Jazida srº Lino Garcia e a pessoa física do senhor Adelson, expressa somente a **extração** do mineral, não podendo confundir extração com comercialização, pois são coisas distintas, no ramo da mineração é como comum empresas que atuam somente na extração de minerais e outras na comercialização deste minerais.



# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

A recorrida apresentou um contrato de comercialização do mineral entre a pessoa física Adelson e a pessoa jurídica Adelson, contrato esse que não atende a exigência do item 9.30 (TR), pois a pessoa física Adelson não está autorizada pelo proprietário da jazida a comercializar o mineral, invalidado o contrato de comercialização da licitante

## **DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer seja acolhida a preliminar arguida para conhecer do recurso da empresa tendo em vista que os motivos e as razões do recurso se mostram suficientes para reforma da decisão do pregoeiro.

Na eventualidade de ultrapassada a preliminar, o que não se espera que aconteça, quanto ao mérito pugnando assim esta recorrente:

- A) **Que seja reformada a decisão de inabilitação da recorrente, uma vez que a certidão de registro solicitada é um documento inexistente perante a Agência de Mineração, e ainda que ficou comprovado o registro ativo da recorrente, tanto no documento apresentado oriundo da DNPM, quando em sede de diligência realizada pelo setor licitatório e o setor técnico ambiental**
- B) **Que empresa Adelson Gaburro Bortolon, seja declarada inabilitada, pelo não atendimento da cláusula 9.30, pois não há autorização de comercialização expressa em contrato do proprietário da jazida Srº Lino Garcia e a pessoa física Srº Adelson Gaburro Bortolon.**

# COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Nestes termos

Pede Deferimento.

Irupi /ES, 28 de agosto de 2023.



COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA

CNPJ:10.740.070/0001-30

Gilvan Soares de Lima  
Administrador